

DO ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL AO ESTADO MÍNIMO: IMPLICAÇÕES PARA O CAMPO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Luiz Carlos Lückmann¹
Éden Luciana Böing Imhof²

RESUMO

No texto analisa-se a Reforma do Estado brasileiro e suas implicações para a educação brasileira a partir dos anos 1990. A Reforma estendeu-se a todos os setores da sociedade, com o objetivo de o Estado mínimo suplantar o Estado do bem-estar social. Entre os setores mais impactados pela Reforma está a educação, transformada em serviço a ser compartilhado com a iniciativa privada. O estudo fundamentou-se nos pressupostos de uma pesquisa teórico-qualitativa, de revisão bibliográfica e documental. A análise permitiu inferir que a ideologia do Estado mínimo tem produzido políticas educacionais ajustadas aos preceitos de organismos internacionais, mais preocupados com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho do que com a qualidade social da educação.

Palavras-chave: Reforma do Estado. Organismos internacionais. Educação.

1 INTRODUÇÃO

Para melhor compreender a relação entre Estado e educação, em específico as reformas educacionais que se processaram nos anos 1990, faz-se necessário analisar como ocorreu a transição do Estado do bem-estar social para o Estado mínimo e suas implicações para a educação brasileira. Pretende-se argumentar na direção do pressuposto de que o Estado brasileiro, sob a orientação da ideologia do neoliberalismo, abandona uma série de políticas públicas tidas como onerosas e passa a compartilhá-las com o setor privado.

A Reforma do Estado processou-se no contexto da crise do capitalismo internacional do pós-guerra, cujos países, assolados por crises fiscais, procederam a uma série de reformas estruturais em todos os setores da sociedade. A saída da crise requereu nova definição do papel do Estado, que passou a trabalhar com políticas públicas voltadas mais à expansão dos mercados do que para atender aos serviços básicos da população.

No Brasil, os efeitos dessas reformas produziram impactos sem precedentes nas políticas sociais, a ponto de substituir-se o Estado do bem-estar social pelo Estado mínimo. Um dos setores mais penalizados pela Reforma foi o da educação, que passou a ser incluída naqueles serviços que devem ser compartilhados com a iniciativa privada.

Pela natureza do tema, optou-se por empreender estudo teórico-qualitativo, de revisão bibliográfica e documental. Iniciou-se pela análise da Reforma do Estado brasileiro, para, em seguida, analisar suas implicações para a educação brasileira, com a finalidade de contribuir para o debate.

2 O NEOLIBERALISMO E A IDEOLOGIA DO ESTADO MÍNIMO

A ideia de Estado mínimo tem origem nos anos 1970, na Europa, no contexto histórico do fim da fase do capitalismo do pós-guerra fria e da crise do Estado do bem-estar social dos anos 1960, quando foram resgatadas as ideias neoliberais, com a finalidade de “recuperar o ânimo do capitalismo via dinamização da economia de mercado.” (ANDERSON, 1995, p. 14).

¹ Doutor em Ciências Pedagógicas pelo Instituto Central de Ciências Pedagógicas de Cuba (título reconhecido pela Universidade Federal de Santa Catarina); Mestre em Antropologia Filosófica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; luiz.luckmann@unoesc.edu.br

² Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Pós-graduada em Psicopedagogia pela Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí; Graduada em História pela Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí; edenlubi@gmail.com

Para Silva Júnior (2002, p. 20, grifo do autor), “a transição do Estado do bem-estar social para o Estado mínimo deve ser entendida no contexto do capitalismo transnacional, em que a lógica do “capital faz do capitalismo um ‘modo de produção’ expansionista e extremamente dinâmico em sua base produtiva, na economia, na política, na cultura e na necessidade social.” Esse novo estágio do capitalismo transnacional requer que o Estado redefina seu papel estratégico e passe a trabalhar com políticas públicas voltadas mais à expansão dos mercados do que para atender aos serviços básicos da população, como educação, saúde e segurança. De Estado do bem-estar social, o Estado brasileiro assume a condição de Estado regulador.

Segundo Silva (1995, p. 26), “[...] o neoliberalismo se caracteriza por pregar que o Estado intervenha o mínimo na economia, mantenha a regulamentação das atividades econômicas privadas num mínimo, e deixe agir livremente os mecanismos do mercado.” Para a doutrina neoliberal, é o mercado que deve regular a economia. Ao Estado cabe garantir a ordem, a legalidade e prestar aqueles serviços mínimos à sociedade. De Estado interventor, passou-se a conviver com um Estado avaliador e controlador da máquina estatal (ZANARDINI, 2007, p. 247).

Ainda segundo Silva (1995, p. 18):

A retórica liberal pode pregar um Estado mínimo e menos governo exatamente por que a constituição histórica da sociedade capitalista pode ser equacionada com a dispersão dos centros de poder e de governo das populações, embutidos numa série de dispositivos institucionais e em números mecânicos da vida cotidiana.

O Estado é mínimo apenas para as políticas sociais. Mas é máximo para o mercado, uma vez que regula as atividades do capital corporativo, atraindo o capital financeiro internacional e criando possibilidades de negócios (PERONI, 2003). Para Bresser Pereira (2009, p. 10), “O neoliberalismo é a ideologia que os ricos usaram no final do século XX contra os pobres ou os trabalhadores e contra um Estado democrático social. É uma ideologia eminentemente reacionária, portanto.” Sob a ótica neoliberal, o Estado-providência, aquele que garante os direitos sociais, é substituído pelo Estado mínimo, a serviço do capital internacional. Nessa ideologia, o Estado é “apenas responsável pela garantia da propriedade e dos contratos.” (BRESSER PEREIRA, 2009, p. 17). Ou seja, deixa de ser um Estado indutor do desenvolvimento e protetor das pessoas.

Segundo Antunes (2001, p. 19, grifo do autor):

[...] com a enorme expansão do neoliberalismo ao final da década de 1970 e a conseqüente crise do *welfare state*, deu-se um processo de regressão da própria social-democracia, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal. O neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacional.

O neoliberalismo representou, em última instância, o fim do Estado democrático social, talvez a forma de Estado mais avançada que a humanidade conheceu, passando a assumir a forma de Estado intervencionista, com o objetivo de “medir os interesses intercapitalistas e preservar o sistema como um todo na fase atual das relações sociais de produção capitalista, marcadas pela crescente oligopolização do mercado.” (FRIGOTTO, 2010, p. 117).

A Reforma do Estado atende, portanto, às exigências impostas pelo capitalismo internacional em sua fase monopolista e globalizante, que passou a exigir um Estado não interventor do mercado, com atribuições restritas às esferas mercadológicas, afastando-se da área social, “reforçando o individualismo, a concorrência, a produtividade e o lucro como aspectos que permitem a melhor organização da sociedade.” (SANTOS, 2008, p. 4).

Segundo Bresser Pereira (2009, p. 8-9, grifo do autor):

Para o neoliberalismo o Estado deveria se tornar “mínimo”, e isso significava pelo menos quatro coisas: primeiro, que deixasse de se encarregar da produção de determinados bens básicos relacionados com a infraestrutura econômica; segundo, que desmontasse o Estado social, ou seja, todo o sistema de proteção social por meio do qual as sociedades modernas buscam corrigir a cegueira do mercado

em relação à justiça social; terceiro, que deixasse de induzir o investimento produtivo e o desenvolvimento tecnológico e científico, ou seja, de liderar uma estratégia nacional de desenvolvimento; e, quarto, que deixasse de regular os mercados e principalmente os mercados financeiros porque seriam autorregulados.

As ideias neoliberais aportaram no Brasil e tornaram-se hegemônicas ainda nos anos 1980. Foram consolidadas com a Reforma do Estado e de suas instituições no Governo de Fernando Henrique Cardoso. As justificativas apresentadas para a Reforma se ancoravam na crise fiscal enfrentada pelo País. Para sair da crise, e como estratégia de o País adequar-se ao processo de globalização, seria necessário redefinir o papel do Estado. Este deixa de ser responsável pelo desenvolvimento econômico e social e se fortalece na função de regulador do desenvolvimento (LARA; SILVA, 2008), privilegiando o discurso da liberalização, da desregulamentação e da privatização.

Para Silva (1995), o que aconteceu no Brasil fez parte de um processo histórico de consolidação da globalização que resultou no novo estágio do capitalismo internacional. Não restou alternativa ao País senão a de aderir ao “pensamento único” do período pós-guerra fria e ajustar a economia nacional ao novo padrão de desenvolvimento do capitalismo transnacional, colocando fim ao Estado populista-desenvolvimentista dos anos 1950 e 1960.

Esse seria o caminho para o desenvolvimento dos países classificados como “países de periferia”. Para isso, foi preciso destruir as estruturas dos Estados populistas e protecionistas, substituindo-as pelas estruturas do Estado moderno, cujo indutor do crescimento passou a ser o mercado.

É importante lembrar que nas décadas de 1980 e 1990 o Brasil passava por profundas mudanças também no campo político, por conta do fim da Ditadura Militar e do processo de redemocratização do País. Passar ao *status* social e de desenvolvimento econômico próximo a países de primeiro mundo exigiu do País a adequação às ideias do receituário neoliberal.

Segundo Neto (2012, p. 24):

O Plano da reforma do aparelho do Estado gestado, nesse momento, tinha como propósito alterar as bases do Estado brasileiro, a fim de melhorar o seu desempenho e propiciar as condições para democratizá-lo. Para materializar essa orientação, propugnava que as atividades que não fossem consideradas essenciais deveriam ser repassadas à iniciativa privada e reguladas pelo Estado, ao mesmo tempo que se implantaria a administração pública gerencial.

No liberalismo, o Estado representa os interesses das classes hegemônicas, que, por sua vez, representam os interesses do capital. A lógica empresarial passa a fazer parte do próprio aparelho do Estado, que repassa as responsabilidades para a sociedade civil.

Reduzindo o seu papel a um prestador de serviços, o Estado passa a promover as políticas sociais com a participação da sociedade, descentralizando suas responsabilidades. A ele, Estado, restou apenas algumas atribuições, entre elas: a definição de políticas públicas por meio de ajustes fiscais; a privatização das empresas estatais para captação de recursos; a promoção da liberdade comercial, acabando com o protecionismo; a destinação dos serviços ao setor privado em nome da eficiência; o estabelecimento de parcerias com a sociedade civil na provisão dos serviços não exclusivos do Estado, como educação, saúde e segurança (PERONI, 2003).

As ideias neoliberais se materializaram em todos os setores da sociedade brasileira. Serviços como educação, saúde, cultura, antes de responsabilidade do Estado, foram descentralizados para setores chamados de “não estatais”, representados por entidades filantrópicas sem fins lucrativos ou mesmo por instituições do próprio mercado (SANTOS, 2008). As reformas educacionais dos anos 1990 se inseriram nesse contexto, pois havia a necessidade de alinhar a educação à nova ordem econômica internacional, ajustando a educação às exigências do novo mercado do trabalho.

3 IMPLICAÇÕES DO ESTADO MÍNIMO PARA A EDUCAÇÃO

A análise segue debruçando-se, especificamente, sobre os impactos produzidos pela ideologia do Estado mínimo na educação brasileira. Pretende-se trazer algumas evidências de que a educação, para a ideologia do neoliberalismo, exerce papel central no novo estágio do capitalismo internacional, pois constitui fator determinante para o desenvol-

vimento econômico de um país. Sem a educação não seria possível incorporar os novos conhecimentos exigidos pela economia globalizada, sequer dispor de um trabalhador eficiente e produtivo requerido pelo mercado.

Segundo Santos (2008, p. 5), a educação, em todos os seus níveis, além de ter sido um dos setores mais impactados pelo neoliberalismo, também serviu como propagadora deste, sobretudo via instituições escolares. Para a autora:

Pelo fato de o mercado ser agora o regulador da sociedade e o Estado o aparato articulador entre o mercado e a sociedade, a educação passou a ser campo estratégico de disseminação do discurso ideológico neoliberal que estava explícito nessa relação entre Estado e mercado.

Como consequência, passou-se a propor uma agenda global para a educação, com especificidades para cada país, mas com uma orientação única, criando-se políticas globais e publicando-se documentos, como os publicados pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia (1990) e pela Conferência de Dakar, no Senegal (2000).

As primeiras intervenções feitas por organismos multilaterais na educação remontam à década de 1990, com a realização da Conferência de Jomtien, que resultou na publicação do documento Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos (UNESCO, 1998). A partir desse marco histórico, passou-se a assistir a uma série de reformas de âmbito internacional, em que metas, programas e ações são definidos por organismos como o Banco Mundial (BM), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a União Europeia (UE), a Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outros.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394 (BRASIL, 1996) incorporou várias dessas reformas. Segundo Silva (1995, p. 12), a LDB foi reestruturada com base nos princípios neoliberais, com o objetivo de “fazer com que as escolas preparem melhor os seus alunos para a competitividade do mercado nacional e internacional.” O eixo deslocou-se para a busca de maior eficiência e produtividade, fazendo-se necessário, entre outras medidas, uma política de descentralização de responsabilidades e de terceirização de serviços.

A reforma do aparelho do Estado obrigou a mudar o próprio paradigma de gestão da educação escolar. Adotou-se um modelo alicerçado nos princípios da racionalidade dos gastos e recursos e da eficiência em termos de resultados, seguindo os princípios empresariais de gestão. Segundo Lara e Silva (2008, p. 9):

[...] o setor educacional recebeu uma configuração política para a sua gestão; esta, por sua vez, deve ser analisada enquanto gestão educacional em seu aspecto macro que envolve a reconfiguração do planejamento educacional tendo influência direta dos interesses de reestruturação capitalista que desencadeiam as reformas educacionais preconizadas, financiadas, orientadas e avaliadas no âmbito da missão estabelecida pelas agências internacionais do sistema da ONU.

Em troca do financiamento pelas agências internacionais, o sistema escolar como um todo é orientado e avaliado por elas, como uma moeda de troca. As políticas, programas e ações estão conectados a projetos mais amplos.

A “receita” neoliberal tornou-se conhecida nos países em desenvolvimento, sobretudo da América Latina. Para sair da crise, bastaria seguir as receitas do ajuste fiscal, da reforma neoliberal do Estado e do financiamento bancário para alavancar o desenvolvimento. E como moeda de troca, restou aos países fazer a adesão às orientações, recomendações e programas impostos pelos organismos internacionais, bem como cumprir as metas.

Nessa lógica perversa, mas eficaz do ponto de vista do neoliberalismo, as políticas sociais, entre elas a educação, passaram a ser terceirizadas pelo Estado a segmentos do mercado ou do “quase mercado” (SOUZA; OLIVEIRA, 2003). A educação, entre as políticas sociais, talvez tenha sido a que mais sofreu os impactos do neoliberalismo. A privatização em larga escala do Ensino Superior e seu avanço nos demais níveis de ensino constitui a materialização das imposições dos organismos internacionais. O que restou de público na educação teve que se ajustar aos princípios da racionalidade empresarial, começando pela sua gestão, passando pela formação e valorização dos professores. O Estado passa a ser regulador e avaliador, cabendo à educação assimilar os valores do mercado.

Para Maués (2011, p. 83):

[...] o papel do Estado tem mudado em função das exigências do capitalismo internacional, que dele demanda agora um papel muito mais regulador do mercado do que provedor dos bens necessários

à sociedade. A globalização tem exigido não mais um Estado-nação, mas um Estado transnacional que vai também autorizar e adotar regulações que serão supranacionais. Daí a importância que os organismos internacionais e no caso em questão a OCDE ganha enquanto definidora da regulação de políticas.

A principal estratégia das reformas neoliberais no campo educacional foi a de tornar a educação uma mercadoria como as demais. A educação passou a ser uma atividade competitiva e globalizada. O Banco Mundial, assim como outros organismos internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comunidade Europeia, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a OCDE, o Programa de Reformas Educacionais da América Latina e Caribe (PREAL), tiveram papel decisivo nessa mudança paradigmática; passaram a interferir na formulação de políticas e na definição de metas com base em padrões de qualidade de países do centro do capitalismo.

Os interesses de organismos multilaterais em investir na educação básica de países em desenvolvimento ancoravam-se nas mudanças do mundo do trabalho promovidas pelo capitalismo pós-industrial que passaram a demandar “educação para todos”. O objetivo era o de modernizar os sistemas educacionais em escala mundial, tornando-os mais flexíveis e eficazes. Afirmava-se que as escolas públicas eram excessivamente burocráticas, caras e ineficientes, se comparadas com as organizações do setor privado. Portanto, era preciso alçá-las ao nível de produtividade das empresas do mercado.

Entre os organismos multilaterais de maior peso no cenário internacional está o Banco Mundial (BM). É notória sua atuação em defesa de reformas educacionais nos países em desenvolvimento, entre eles, o Brasil. Para o BM, a educação, em todos os seus níveis, é uma questão de estratégia para o desenvolvimento dos países periféricos (WORLD BANK, 2011). Os avanços tecnológicos produzidos pela sociedade do conhecimento implicaram mudanças no perfil dos profissionais inseridos no mundo do trabalho, exigindo-se o alinhamento da educação a essa nova realidade. Ainda segundo a visão do BM, o Estado, sozinho, seria incapaz de arcar com o financiamento da educação como um todo.

Para dar conta de tamanho desafio, duas estratégias foram pensadas. A primeira delas foi a de dividir a responsabilidade da “educação para todos” “[...] com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias [...]”, como sugere o art. 7 do documento final da Conferência de Jomtien, intitulado *Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem* (UNESCO, 1998).

A segunda estratégia, associada à primeira, foi a de recomendar aos países em desenvolvimento o investimento na formação e na valorização dos profissionais da educação, como medida para superar seus baixos indicadores de qualidade. Segundo a Conferência de Jomtien, art. 7, “[...] as condições de trabalho e a situação social do pessoal docente devem ser urgentemente melhorados.” (UNESCO, 1998). O Plano Decenal de Educação Para Todos (BRASIL, 1993), elaborado como “tarefa de casa”, volta a essa questão.

Foi nesse contexto que teve espaço e se proliferou no País a Teoria do Capital Humano, amplamente difundida pelo BM e outros organismos internacionais aos países tomadores de recursos para a educação. Para essa teoria, destinar recursos à educação não representaria despesas, mas investimento, uma vez que o retorno vem sob a forma de desenvolvimento social e econômico (FRIGOTTO, 2010). Portanto, os investimentos feitos na educação, em especial no aluno e professor, reverteriam para a sociedade. Para Silva Júnior (2002, p. 44), “essa lógica coloca a educação pública como bem econômico que deve responder, da mesma maneira que uma mercadoria, à lei da oferta e da demanda.”

Segundo Monlevade e Silva (2000, p. 87): “as políticas e estratégias do BM para a educação pública brasileira fixaram, com consistência, os meios para a transferência desse serviço público para ser redefinido segundo as leis da competitividade do mercado”, abrindo-se o espaço para os investimentos privados.

As medidas recomendadas pelo BM e suas agências correlatas materializaram-se, no Brasil, nas reformas processadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996). Na mesma lógica, trilharam outros documentos, como o Plano Decenal de Educação Para Todos (1993-2003), os Planos Nacionais de Educação 2001-2010 e 2014-2024, o Plano de Desenvolvimento da Educação, entre outros. As reformas abarcaram os diversos níveis e modalidades de ensino, passando por mudanças de menor ou maior alcance, como gestão, financiamento, avaliação, formação docente, valorização profissional, sempre com o objetivo de adequar a educação às novas exigências do mundo do trabalho.

4 CONCLUSÃO

A crise enfrentada pelos países centrais, sobretudo nos tempos do pós-guerra fria, trouxe de volta a ideologia do liberalismo do século XIX, agora com o codinome de neoliberalismo. O receituário neoliberal apregoa, basicamente, a substituição do Estado do bem-estar social pelo Estado mínimo. No Estado mínimo, o Estado, ao redefinir seu papel, passa a trabalhar com políticas públicas voltadas mais para a expansão dos mercados do que para atender aos serviços básicos da população, como educação, saúde e segurança.

O neoliberalismo encontrou ressonância nos países periféricos que, mais cedo ou mais tarde, também tiveram que se adequar à nova fase do capitalismo internacional, procedendo a mudanças e reformas nas estruturas sociais, iniciando pela reforma do próprio Estado. Entre as reformas, a que mais impactos produziu foi a reforma educacional, que aportou no Brasil nos anos 1990, por recomendação de organismos internacionais, sob a liderança do BM.

O compartilhamento do desafio da “educação para todos” com a sociedade civil (leia-se “mercado”), as mudanças paradigmáticas ocorridas na gestão escolar, a avaliação em larga escala, o estímulo ao setor empresarial e aos organismos não governamentais como agentes e, não raramente, como protagonistas do campo educacional constituem a materialização das reformas educacionais ainda em andamento no País. O que restou de “público” na educação teve que se ajustar aos princípios da racionalidade empresarial, começando pela sua gestão, passando pela formação e valorização dos profissionais do magistério. Ao Estado restou o papel de regulador e avaliador, cabendo à educação assimilar os valores do mercado.

From Social Welfare State to the Minimum State: implications for the Brazilian Education field

Abstract

In the article analysis the Brazilian State Reform and its implications with respect to the Brazilian education since the 1990's decade. The Reform extended through all department in society, aiming to supplant the social welfare State with the minimum State. Among the more affected departments, the education is present, transformed into a service to be shared with the private initiative. The study is based on the assumptions of a theoretical and qualitative research, with a bibliographical and documental review. The analysis allowed to infer that the minimum State ideology has produced educational policies adapted to the precept of international agencies, more concerned with the changes in the working life than with the social quality in education.

Keywords: State Reform. International agencies. Education.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **A cidadania negada: política de exclusão na educação e no trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2001.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Decenal de Educação para Todos: 1993-2003**. Brasília, DF: CIBEC/ INEP, 1993. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002599.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.

BRESSER PEREIRA, L. C. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000200002&lng=pt&nrm=i>. Acesso em: 11 nov. 2015.

CABRAL NETO, A. Mudanças contextuais e as novas regulações: repercussões no campo da política educacional. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, p. 7-40, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4051/3318>>. Acesso em: 07 set. 2015.

- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- LARA, Â. M. de B.; SILVA, J. A. da. A Reforma do Estado e a política educacional brasileira na década de 1990. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, ECONOMIA E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI, 6., 2008, Marília. **Anais...** Marília: Unesp/Marília, 2008. p. 1-14. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/janialvessilvaangelamaralara.pdf>>. Acesso: 22 out. 2015.
- MAUÉS, O. C. A Política da OCDE para a educação e a formação docente: a nova regulação? **Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 75-85, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5033/6130>>. Acesso em: 25 out. 2015.
- MONLEVADE, J.; SILVA, M. A. **Quem manda na educação no Brasil?** Brasília, DF: Ideia Editora, 2000.
- PERONI, V. **Política educacional e papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.
- SANTOS, S. A. dos. Implicações da Reforma do Estado para as Políticas de Formação de Professores nos Cursos de Pedagogia. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL: O ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO TEMPO PRESENTE, 4., 2008, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Ed. UFU, 2008. p. 1-14. 1 CD-ROM.
- SILVA JÚNIOR, J. dos R. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.
- SILVA, T. T. da. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. da (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SOUZA, S. Z. L. de; OLIVEIRA, R. P. de. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 24, n. 84, p. 873-895, set. 2003.
- ZANARDINI, I. M. S. A reforma do Estado e da educação no contexto da ideologia da Pós-Modernidade. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 245-270, jan./jun. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/1637/1378>>. Acesso em: 15 out. 2015.
- UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia: CEPAL/UNESCO, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.
- WORLD BANK. **Learning for all**. Investing in people’s knowledge and skills to promote development. Education Sector Strategy 2020. Washington, D.C.: World Bank, 2011.

